

A participação da comunidade na prevenção dos abusos sexuais de crianças

SUSANA G. MARIA (*)

INTRODUÇÃO

Até há alguns anos atrás considerado um assunto tabu, o fenómeno dos abusos sexuais de crianças tem vindo a tornar-se um foco de atenção científica por parte de várias áreas disciplinares. Como nos elucida David Filkelhor (1986) o tema dos abusos sexuais de crianças não recai sobre o domínio de uma disciplina em particular, nesse sentido tem vindo a abordar-se este tema na perspectiva da psicologia, da sociologia, da criminologia, da pediatria, entre outros domínios.

Foi em meados dos anos setenta que a questão dos abusos sexuais de crianças começou a ser uma preocupação para a área da saúde mental e, em particular, para os profissionais que trabalhavam com crianças (Finkelhor, 1986). É importante realçar que o interesse pelo tema foi fortemente influenciado pelo movimento das mulheres da mesma década. Contudo, em 1950, Alfred Kinsey e colaboradores realizaram um estudo na área da sexualidade e constataram que 28% das

mulheres contactadas tinham sido sexualmente abusadas na infância, no entanto, pouco ou nenhum interesse foi demonstrado por parte de outros investigadores e pelo público em geral (Bergen, 1998).

É com o movimento pela luta dos direitos das mulheres que os abusos sexuais de crianças aparecem associados ao sistema familiar patriarcal no qual mulheres e crianças são considerados como propriedade dos maridos e pais (Rush, 1980 cit. por Bagley & King, 1992).

Em Portugal, nos últimos anos, este tema entrou na casa de todos os cidadãos desde que alguns casos de abusos sexuais, em contexto de institucionalização, foram revelados e alvo de atenção por parte das mais variadas áreas: direito, jornalismo, medicina, psicologia, psiquiatria e pelo público em geral.

Embora em Portugal não existam ainda estudos relativos à prevalência dos abusos sexuais de crianças de uma forma sistemática e com uma representatividade nacional, podemos depreender que os números não estarão muito afastados daqueles que as estatísticas internacionais nos apontam. Nos EUA estima-se que meio milhão de crianças seja abusado sexualmente todos os anos (Filkelhor, 1994 cit. por Chassan-Taber & Tabachnich, 1999). Contudo Kilpatrick (1992 cit. por Chassan-Taber & Tabachnich, 1999) refere que os estudos indicam

(*) Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa, Portugal. E-mail: smaria@ispa.pt

que 84% dos casos de abusos sexuais não são denunciados.

Se numa primeira fase de intervenção na área dos abusos sexuais de crianças se deu ênfase, por um lado, à punição dos abusadores e, por outro, ao apoio às/aos sobreviventes e às suas famílias, hoje procura-se realçar a importância de se intervir numa perspectiva de prevenção primária (segundo o modelo tripartido da prevenção).

But to realize true primary prevention, we must also develop interventions for factors that create the continual supply of sexually abusive individuals in our society. We must recognize that the problem of child sexual abuse is not solely a product of the actions of individuals, but also the result of societal perspectives on sexual behavior and its expression (Mercy, 1999, p. 318).

Contudo, a importância do desenvolvimento de programas de prevenção primária dos abusos sexuais de crianças com ênfase na comunidade só poderá ser sustentada e reforçada através da avaliação que esses programas, de facto, têm no público a quem se dirigem.

Parece-nos, assim, de extrema importância analisarmos, numa perspectiva científica, qual o impacto que os programas de prevenção dos abusos sexuais de crianças têm. Como nos é reforçado por Jon Conte (1984 cit. por Finkelhor, 1986) estes estudos devem analisar a mudança de conhecimentos e atitudes mas, também, as competências adquiridas.

PERSPECTIVA HISTÓRIA NA ABORDAGEM DOS ABUSOS SEXUAIS DE CRIANÇAS

Tendo em conta a história da Humanidade, o reconhecimento e a preocupação por parte desta relativamente aos abusos sexuais de crianças é recente, apesar destes sempre terem ocorrido ao longo da história (Banning, 1998). Assim, ao contrário de que o público em geral possa pensar, não estamos perante um problema novo, mas sim perante uma nova preocupação.

O respeito pelas crianças demorou a surgir neste nosso percurso evolutivo. Até à Idade Média as crianças deixavam de o ser assim que deixavam de ser amamentadas, a partir daí eram simplesmente vistas como adultos em miniatura (Ariès, 1988).

Em meados do século XIX o movimento Humanista começou, então a difundir-se pela Europa e teve impacto na forma como até ali se protegiam as crianças. Nos EUA a Sociedade Americana para a Prevenção da Crueldade Contra as Crianças surge em 1874 (Bagley & King, 1992). Nos finais do século XIX existiam associações para a protecção das crianças nos EUA, em França, na Alemanha, em Itália e em Inglaterra (Radbill, 1987).

Contudo, como já foi referido anteriormente, só em meados dos anos setenta, devido aos contributos do movimento feminista, alguns temas até aqui considerados tabu foram tornados públicos: Violência doméstica contra as mulheres, Violação e o Abuso Sexual de Crianças (Azevedo & Guerra, 1993).

A história da psicologia não fica alheia a esta evolução relativamente aos abusos sexuais, contudo, nem sempre da forma mais positiva. Segundo Salter (2003) ao longo do século XX encontramos muitas teorias no âmbito da psicologia que negam a ocorrência dos abusos sexuais ou que ignoram a responsabilidade do abusador ou que culpabilizam a mãe e/ou a criança abusada. Mesmo quando o abuso é reconhecido as suas consequências são minimizadas. A corrente psicanalítica, durante a primeira parte do século XX, afirmava que o abuso sexual de crianças ocorria porque as crianças eram sedutoras (Salter, 2003). Embora Freud, em plena época Vitoriana, tenha abordado este tema considerado sensível na comunidade científica (Finkelhor, 1979). Freud começou por afirmar que a causa dos problemas psicológicos dos adultos advinham de experiências de abusos sexuais enquanto crianças. Contudo, Freud mudou a sua teoria inicial, passando a afirmar que essas histórias de situações abusivas que os seus pacientes relatavam não passavam fantasias (Salter, 2003).

Alguns investigadores encontram nesta postura de negação e inculpação da pessoa abusada como um dos maiores obstáculos à realização de uma verdadeira abordagem científica dos abusos sexuais de crianças (Herman & Hirschman, 1979; Finkelhor, 1979).

Esta culpabilização das crianças pelos abusos sexuais começou a declinar nas décadas de setenta e oitenta, mas nunca desapareceu por completo (Salter, 2003).

Segundo Fávero (2003), Okami em 1992 fez uma análise do “*Psychological Abstracts*” e constatou

que, em 1969, apenas sete artigos demonstravam um interesse directo pelos abusos sexuais de crianças, no entanto, em 1989, entre 75% e 85% dos artigos referidos na secção sobre abuso de crianças, relacionavam-se com os abusos sexuais de crianças, evidenciando um aumento do interesse científico pelo tema nestes vinte anos.

No final do século XX verificou-se uma preocupação generalizada pelos problemas das crianças e em 1979 celebrou-se o Ano Internacional da Criança. Em 1989 deu-se a aprovação da Convenção sobre os Direitos das Crianças. Em 1996, a União Europeia incitou todos os seus Estados membros a criminalizarem o abuso sexual de crianças e o proxenetismo. Da mesma forma, é neste final de século que os programas de prevenção dos abusos sexuais de crianças começam a adquirir algum relevo.

A par destes desenvolvimentos começa a haver uma preocupação por parte dos profissionais e do público em geral de encontrar uma definição do que se entende por abuso sexual de crianças.

A violência contra as crianças é claramente definida como todas as formas de abuso físico, emocional, sexual, negligência ou qualquer outra forma de exploração que resulte em risco para a saúde da criança, para a sua sobrevivência, desenvolvimento e dignidade (Kunzman, 1990).

Relativamente ao abuso sexual de crianças identifica-se como sendo uma violação e exploração física do corpo da criança, através de qualquer contacto sexual, ou uma violação psicológica através de comportamentos sexuais verbais ou não verbais (Kunzman, 1990).

Nem sempre tem havido consenso, entre os investigadores, quanto aos limites da definição de abuso sexual, daqui têm resultado algumas divergências, em termos de percentagens, relativamente à prevalência do abuso sexual de crianças. Para alguns autores o foco da investigação pode centrar-se no que se considera ser abusivo (Finkelhor, 1984 cit. por Finkelhor, 1986) outros no que se considera não desejado (Russell, 1983 cit. por Finkelhor, 1986) outros no facto de ser coercivo (Wyatt, 1985 cit. por Finkelhor, 1986) e outros no resultado do uso de pressão ou força (Burnam, 1985 cit. por Finkelhor, 1986).

Não obstante o interesse da discussão ao nível da definição do abuso sexual de crianças a Organização Mundial de Saúde (OMS) define o abuso sexual de crianças como um problema mundial

que afecta cada dimensão da saúde (física, mental e social) patente na sua definição (World Health Assembly, 1996). Deste modo, verificamos a faculdade de termos um olhar relativamente aos abusos sexuais de crianças como um problema de saúde pública.

No âmbito das definições do conceito não podemos ignorar o facto do abuso sexual de crianças ser um crime e, como tal, ter a sua definição consagrada em termos da lei.

PREVALÊNCIA E INCIDÊNCIA DOS ABUSOS SEXUAIS DE CRIANÇAS

A incidência refere-se aos novos casos que ocorrem num determinado período de tempo. A prevalência refere-se à proporção de casos numa determinada população. A incidência é habitualmente expressa em números, enquanto a prevalência surge expressa em percentagens.

Sabe-se que, tal como noutro tipo de investigações, as percentagens de prevalência dos abusos sexuais de crianças são influenciadas por diversos factores metodológicos (Finkelhor, 1979; Holmes *et al.*, 1997; Hopper, 2003a). Como já foi referido anteriormente, a própria definição do conceito influencia a informação recolhida. A forma como é feita a recolha de dados (por telefone, entrevista face-a-face ou questionários anónimos) influencia as percentagens encontradas. Contudo e independentemente da complexidade advinda destes factores e outros, como o tipo de amostras utilizadas, as estimativas mostram que os abusos sexuais de crianças atingem dimensões epidemiológicas (Watkins & Bentovim, 1992).

Muitos são os estudos que desde 1979, com David Finkelhor, começaram a ser desenvolvidos com o propósito de documentar a prevalência dos abusos sexuais de crianças: Russel em 1983; Kercher e McShane em 1984; Finkelhor novamente em 1984; Bagley e King em 1992 referem um estudo realizado no Canadá em 1984; Sorrenti-Little, Bagley e Robertson, também, em 1984; Wyatt em 1985; Baker e Duncan em 1985; Bagley e Ramsay em 1986; Bagley e Young em 1988; Madu em 2001; Tyler e Counce em 2002 e Briere e Elliot em 2003. Ao interpretarmos os resultados dos vários estudos referidos podemos observar uma série de discrepâncias que advêm essencialmente das diferenças de métodos: diferentes formas de

definir abuso sexual, diferentes técnicas de recolha de dados, diferente constituição das amostras. Na realidade, de acordo com Peters, Wyatt e Finkelhor (1986) estes números são apenas a ponta visível de uma realidade encapotada muito mais expressiva.

Mesmo considerando que as percentagens apresentadas, pelos vários estudos, estão subestimadas devido a vários factores que condicionam a revelação das situações de abuso sexual de crianças, os níveis de prevalência apresentados pelos estudos anteriormente referidos, confirmam que cerca de uma em cada quatro mulheres e um em cada dez rapazes foram vítimas de abusos sexuais. Percebemos, igualmente, que a maioria dos abusadores são conhecidos dos/as sobreviventes e a maioria dos abusos envolvem o uso de autoridade inerente à diferença de idades e relações familiares (Bagley & King, 1992). Podemos, conjuntamente, verificar que os abusadores são na maioria homens, variando as percentagens nos vários estudos entre 86% e 95,5%.

Em Portugal, não conhecemos estudos que tenham incidido especificamente sobre a análise da prevalência dos abusos sexuais de crianças, contudo, quer pela intervenção das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, quer através dos dados do Ministério da Justiça podemos ter uma noção do número de casos de abusos sexuais de crianças registados.

Segundo o Relatório de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens

(2002), encontramos os seguintes dados na análise das problemáticas detectadas nas crianças e jovens acompanhados pelas CPCJ entre 1999 e 2002 (ver Tabela 1): 120 casos em 1999, 75 casos em 2000, 213 casos em 2001 e 251 em 2002.

Os dados sobre a prevalência e a incidência dos abusos sexuais de crianças torna-se pertinente no sentido em que a partir dos estudos que demonstram os números ou as percentagens deste crime, poderemos evidenciar a necessidade de desenvolvermos programas de prevenção nesta área.

Para além dos números resultantes dos estudos de prevalência ou incidência é também importante sublinharmos as consequências dos abusos sexuais de crianças. Podemos analisar essas consequências numa perspectiva mais imediatista, ou seja a curto prazo, e/ou podemos analisar as consequências a longo prazo.

As crianças abusadas sexualmente encontram-se numa situação confusa e dolorosa, que se agrava se não tiverem ninguém a quem recorrer para que lhes seja prestado suporte e protecção. Muitas vezes são as pessoas que lhes deveriam assegurar protecção que lhes infligem o abuso. Assim, para além do sofrimento e da confusão instala-se também o isolamento. Estas crianças sentem um medo constante pelo seu bem-estar e, por vezes, pela sua vida. Não é apenas o abuso em si que é lesivo, mas também a coerção, as ameaças, os segredos, a culpa e o medo constante da descoberta e do castigo. Na impossibilidade de esquecer e

TABELA 1
Casos de Abuso Sexual de Crianças acompanhados pelas CPCJ entre 1999 e 2002

Sexo	1999		2000		2001		2002	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
F	89	1,7	57	1,4	151	1,6	175	1,6
M	32	0,6	18	0,5	62	0,7	76	0,7

Fonte: Relatórios de Actividades das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (1999-2002), CNPCJR/IDS e Estatísticas da Justiça.

de revelar os abusos as crianças podem tentar reduzir o sofrimento através do entorpecimento (Lew, 1988). Para Ellenson (1989) os mecanismos de defesa activados (evitamento, negação e projecção) são utilizados para a criança se proteger contra a dor e o trauma, deixando consequências para o seu futuro desenvolvimento.

Finkelhor (1987) descreve quatro dinâmicas de trauma do abuso sexual: Sexualização traumática, estigmatização, impotência e desconfiança. O autor mostra que sentir-se diferente dos pares (estigmatização), auto-atribuição de acontecimentos negativos, desconfiança e abaxa credibilidade auto-percebida são factores mais presentes nas crianças abusadas quando comparadas com crianças não abusadas.

Apesar das várias perspectivas na análise das consequências individuais, podemos afirmar que existe um consenso de que as implicações dos abusos sexuais de crianças têm quatro propriedades básicas: causalidade (causa dor), difusão (a maior parte das pessoas abusadas são afectadas), intensidade (os efeitos negativos podem ser severos) e equivalência de género (tanto os rapazes como as raparigas são afectados) (Kendall-Tackett & Marshall, 1998).

Mas as consequências não existem apenas nesta dimensão imediata relativamente à ocorrência dos abusos, o turbilhão emocional continua após a infância. O/A sobrevivente adulto/a pode tentar manter as outras pessoas à distância, pode ter problemas com o toque (assumindo que tem conotação sexual), pode agir de forma agressiva (que lhe dá algum tipo de poder mas aumenta os seus sentimentos de isolamento) ou pode isolar-se socialmente (acreditando que as pessoas sabendo dos abusos iriam condená-lo/a) (S.I.A., 1985).

Para Kunzman (1990) existem três formas principais dos abusos sexuais poderem afectar os/as sobreviventes: Perturbar e distorcer os sentimentos acerca do corpo e da sexualidade, violar os direitos privados e criar um sentimento de impotência, falta de esperança e vergonha, incapacitar a habilidade para confiar nos outros, transmitir um padrão de famílias inconstante e pouco aconselhável para a geração seguinte.

Embora não possamos menosprezar as consequências ao nível individual, não podemos, por outro lado, esquecer que estes efeitos, também devem ser analisados a um nível mais macro, ou seja, as consequências individuais (algumas já

aqui referidas e outras) têm consequências para a sociedade em geral: custos financeiros (p. ex. gastos com os problemas de saúde associados aos abusos sexuais, gastos associados ao insucesso escolar e consequente dificuldades de integração profissional) e custos sociais (p. ex. gravidez na adolescência, abuso de substâncias, dificuldades de integração social).

Resumindo, as sequelas psicológicas dos abusos sexuais podem surgir imediatamente ou mais tarde, nalguns casos os sintomas só surgem nos adultos quando os seus próprios filhos começam a crescer. No entanto, existe algum risco quando nos referimos às consequências a longo prazo dos abusos sexuais, isto é, podemos tirar conclusões precipitadas sobre as pessoas sobreviventes de abusos (que são violentas, que são doentes, que são também abusadores/as).

Apesar dos abusos sexuais serem traumáticos e serem causadores, para muitos/as sobreviventes, de problemas na vida adulta, é importante salientar que muitos/as sobreviventes ultrapassam a vitimização e transformam-na em algo positivo (Cooper, 1995). Cada pessoa experimenta o abuso sexual de forma diferente e as reacções variam. Ainda que a experiência seja severa pode advir algo de positivo da mesma. Segundo McMillen, Zuravin e Rideout (1995) em vários estudos, os/as sobreviventes relatam que embora os abusos tenham sido muito severos e pensem neles como negativos, ocorreram mudanças positivas em si próprios por causa dos abusos. Por outro lado, alguns/mas sobreviventes referem que devido à sua experiência de abusos se tornaram mais sensíveis às necessidades dos outros. A esta conquista de uma nova visão sobre a sobrevivência aos abusos sexuais designa-se processo de *recovery*.

O *recovery* é mais do que ultrapassar os efeitos dos abusos, significa reclamar a sua vida de volta, não é apenas encontrar estratégias de confronto, mas realmente sentir-se bem consigo e com a sua vida. Os/As sobreviventes de abusos sexuais tornam-se pessoas que se exploram, que embora tenham cicatrizes, muitas tornam-se pessoas mais saudáveis do que as que nunca sentiram necessidade de olhar para dentro delas (Lew, 1988).

Existem muitas formas de se fazer o *recovery*, e nem todos/as os/as sobreviventes seguem o mesmo “percurso”, uma série de variáveis (os recursos disponíveis: pessoais e exteriores) podem influenciar esse processo. Para Kunzman (1990)

quebrar o silêncio e o segredo é o primeiro passo para o *recovery* e Lew (1988) enumera vários passos do *recovery*: contar os abusos a alguém; repetir várias vezes acrescentando mais pormenores; associar emoções aos acontecimentos; encontrar pessoas que estejam receptivas a ouvir a história dos abusos; partilhar emoções com outros/as sobreviventes de abusos sexuais; estabelecer uma relação terapêutica; entrar num grupo de sobreviventes de abusos e construir uma boa rede de suporte social.

Concluindo, quer dados sobre a prevalência e a incidência dos abusos sexuais de crianças, quer a evidência das consequências (individuais e sociais) resultantes dos abusos, quer a identificação dos contextos adequados ao *recovery* dos/das sobreviventes, torna-se necessário evidenciá-los para provarmos a necessidade de desenvolvermos programas de prevenção dos abusos sexuais de crianças.

PROGRAMAS DE PREVENÇÃO DOS ABUSOS SEXUAIS DE CRIANÇAS

Com o crescente interesse sobre o tema dos abusos sexuais de crianças que se deu nos anos setenta, por parte de profissionais, sobreviventes e público em geral, começaram a surgir nos EUA os primeiros programas de prevenção dos abusos sexuais de crianças. Estes programas tinham por objectivo promover o conhecimento, fomentar a prevenção e possibilitar o apoio aos/às sobreviventes de abusos sexuais.

As abordagens iniciais para evitar os abusos sexuais de crianças tendiam a colocar a ênfase da sua abordagem no controlo dos comportamentos: o controlo do comportamento do abusador ou detenção e o controlo do comportamento das crianças ou evitamento (Cooper, 1995). Relativamente a estas duas estratégias identificamos algumas problemáticas: a detenção é importante mas pressupõe que o abuso já tenha ocorrido, o evitamento pode originar uma lista de razões para culpabilizar a criança no caso do abuso ocorrer uma vez que não conseguiu evitar o mesmo. O evitamento pode ser aconselhado em determinadas situações, mas as crianças que são educadas sob esta abordagem desenvolvem sentimentos de medo e tornam-se inseguras e dependentes.

Interessa-nos, assim, sobretudo uma abordagem

de prevenção primária que fortaleça as crianças, que reduza a sua vulnerabilidade (permitindo às crianças a identificação de potenciais situações de abuso e como reagir a estas, a distinção entre diferentes tipos de toques por parte de outras pessoas e a possibilidade de denunciarem o abuso) e que desenvolva a sua rede de suporte comunitário e a capacidade de proteger as crianças e de identificar situações de abuso. Neste sentido, para alcançarmos a verdadeira prevenção dos abusos sexuais de crianças não podemos planear acções preventivas apenas com estas, temos de actuar no contexto em que as crianças estão inseridas (escolas, família, ou seja, na sua comunidade).

Filkelhor (1986) coloca a ênfase dos programas de prevenção nos pais e nos profissionais de educação. Estes programas ajudam os pais (e outros com quem a criança se relaciona) a identificarem sinais de que a criança pode estar a ser abusada e auxiliam os mesmos a reagir mediante as situações com que se deparam. O mesmo autor considera que os programas de prevenção devem dirigir-se, igualmente, a professores, profissionais de saúde e polícias, facultando-lhe informação adequada às suas áreas de intervenção de forma a que possam detectar situações e dar-lhe a resposta adequada.

A prevenção primária dos abusos sexuais de crianças (que por definição significa toda a intervenção que permita a diminuição da incidência de abusos de crianças) pressupõe o desenvolvimento de programas que incidam sobre a comunidade, construindo circuitos de trabalho comunitário, em que os diferentes agentes da comunidade aprendam a trabalhar em conjunto, assim como, pais, professores, organizações comunitárias, profissionais de saúde, polícias, entre outros, tendo como propósito aumentar os seus conhecimentos sobre prevenção, bem como, sensibilizar para a realidade dos abusos sexuais de crianças, transmitir conhecimentos reais sobre os abusos sexuais às crianças e identificar os recursos de apoio disponíveis na comunidade (Goicoechea, Nández, & Alonso, 2001).

Estes programas de prevenção dos abusos sexuais de crianças detêm, assim, vários alvos de acção e diferentes objectivos que passam por ensinar às crianças, no seu contexto educacional, conhecimentos sobre os abusos, aumentando as suas competências através da aprendizagem sobre defesa e protecção pessoal e, por outro lado, procuram alertar os pais e outros familiares e os professores

e outros profissionais desse contexto, sobre o que são os abusos sexuais de crianças e a melhor forma de o prevenir, fornecendo-lhe informações que possibilitem a discussão deste assunto com as crianças.

Nibert, Cooper e Ford (1989) descrevem um método muito utilizado que passa por ensinar às crianças, pais e outros cuidadores, professores e outros profissionais da escola, estratégias a utilizar em situações ameaçadoras.

Existem já definidos inúmeros programas de prevenção dos abusos sexuais de crianças e ainda que sejam diferentes no número de sessões implementadas, na duração, na profissão do formador e nos materiais audiovisuais utilizados, todos estes programas são comuns nos pontos essenciais dos seus objectivos: aperfeiçoar as capacidades das crianças em reconhecerem toques inadequados por parte de adultos (ou outras crianças ou jovens), reconhecer quando estes são invasivos e impróprios e potenciar a possibilidade de desenvolverem o *empowerment* no que se refere a serem capazes de contar a alguém a ocorrência ou a tentativa de abuso.

Segundo MacIntyre e Carr (2000) de uma revisão de trinta estudos concluíram que os programas de prevenção de abusos sexuais de crianças podem levar a ganhos, conhecimentos e competências significativas nas crianças, pais e professores.

O ICAP (*International Center for Assault Prevention*), desenvolveu um programa para a prevenção dos abusos de crianças adequado aos diferentes grupos etários. Este programa de prevenção, está a ser adaptado e desenvolvido no contexto português pela APPEPASC – Associação Portuguesa para o Estudo e Prevenção dos Abusos Sexuais de Crianças. Neste sentido, parece-nos de extrema relevância descrevermos as origens e modo de funcionamento do mesmo.

APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA CAP – *CHILD ABUSE PREVENTION*¹

A história do CAP remonta a 1978, em Columbus no Estado Norte Americano do Ohio, numa associação designada Women Against Rape – WAR (Mulheres Contra a Violação), esta Associação foi, nessa altura, confrontada com um pedido de ajuda por parte de professores e pais de uma criança que tinha sido abusada sexualmente. Assim, apesar

de não terem recusado ajudar essa criança, tomaram consciência que deveriam desenvolver conhecimentos próprios de como lidar e prevenir o abuso de crianças e iniciaram um processo de construção de conhecimento e desenvolvimento de estratégias tendo por objectivo a construção de um currículo que visasse a prevenção do abuso de crianças. Após alguns anos de trabalho surgiu em 1985 o National Assault Prevention Center tendo já a sua independência da Associação WAR.

Desde então, o programa tem sido disseminado por vários Estados da América do Norte bem como ao nível Internacional (Holanda, Irlanda, Alemanha – desde 1988; Nova Zelândia, Japão, Inglaterra, Moldávia – entre 1994 e 1997).

O Projecto CAP procura sobretudo intervir ao nível da prevenção do abuso de crianças. Ao referirmo-nos ao abuso de crianças incluímos nesta definição vários tipos de abuso: Abuso Sexual, Abuso Físico, Abuso Psicológico e Acto de Negligenciar. Desta forma o currículo deste projecto tem por base uma perspectiva de Direitos Humanos para compreender os abusos, logo define como abuso qualquer violação ao direito individual da pessoa se sentir Segura, Forte e Livre e, como tal, esses direitos básicos pertencem, também, a todas as crianças.

O envolvimento com o programa CAP é, segundo quem o implementa há já vários anos, uma inevitável prova de reconhecimento do abuso de crianças como um problema gravíssimo.

O CAP é baseado numa filosofia de *Empowerment* que está presente em todos os programas CAP à volta do mundo – a crença de que todas as pessoas têm o direito à informação, e desenvolvimento de competências e estratégias que lhes permitem ter controlo sobre as suas próprias vidas. O seu objectivo fundamental é, assim, ajudar as crianças e prevenir a violência.

¹ O Programa CAP de Portugal agradece ao National/International Centre for Assault Prevention, de quem recebemos formação para o desenvolvimento deste modelo de intervenção/prevenção. Estamos muito orgulhosos por fazermos parte da rede CAP na qual já estão incluídos 33 países de todos os cantos do Mundo. Para mais informações acerca do programa CAP contactar National/International Centre for Assault Prevention, 606 Delsea Drive, Sewell, NJ 08080, USA.

Este projecto coloca a sua prioridade na segurança e bem-estar de todas as crianças e acredita que esta responsabilidade cabe a todos os segmentos da sociedade. Por isso este programa desenvolve-se de forma a informar e formar todos os membros da comunidade sobre os abusos de crianças e sobre qual o seu papel na prevenção dos mesmos.

As estratégias de prevenção eficazes, como aquelas que são transmitidas através deste projecto, não procuram limitar a acção das crianças, mas sim desenvolver nelas capacidades e competências. As crianças precisam de saber o que devem fazer se se encontrarem numa situação em que se sintam inseguras e com quem podem falar sobre esse(s) assunto(s). O bem-estar de todas as crianças depende do empenhamento e envolvimento de toda a comunidade na segurança das mesmas, e não apenas do dos pais.

O CAP acredita que para reduzir a vulnerabilidade de que as crianças são alvo é urgente perceber primeiro as razões da sua existência. Estas prendem-se directamente com: a) a escassa ou inexistente informação que estas possuem acerca do abuso de crianças e de como preveni-lo; b) o facto de serem dependentes e deterem uma visível falta de poder; c) devido ao facto de não terem contacto directo com fontes de suporte social e assistência. Ao possibilitarmos que as crianças (e as suas redes de apoio) tenham acesso a informação sobre os abusos eliminamos estas três situações referidas anteriormente, permitindo que se tornem mais autónomas e apoiadas por fortes redes de suporte e assistência e, consequentemente, tornamo-las menos vulneráveis (Cooper, 1995).

Este programa de prevenção tem como contexto de intervenção as escolas, através das quais se pretende chegar às crianças, pais/educadores (ou outros familiares) e professores (e outros profissionais do contexto escolar) (Cooper, 1995).

O programa CAP considera que as crianças necessitam de ter informação sobre prevenção para se prepararem para reconhecerem uma situação potencialmente perigosa. Assim, ensinar às crianças estratégias de prevenção no sentido de reduzir a sua vulnerabilidade aos abusos é tão importante como ensinar às crianças estratégias de prevenção rodoviária (p. ex., como atravessar uma rua em segurança). Neste sentido um dos objectivos prioritários do Projecto CAP é dotar as crianças de estratégias de prevenção dos abusos (Cooper, 1995).

Contudo, sabemos que para que essas estratégias

resultem os adultos com quem as crianças podem contar devem ter informações semelhantes de como prevenir os abusos de forma a reforçar as estratégias adquiridas pelas crianças. Desta forma, outro dos objectivos do CAP é dotar os pais/educadores (ou outros familiares) e professores (e outros profissionais do contexto escolar) de conhecimentos e estratégias para colaborarem na garantia da segurança das crianças com quem contactam (Cooper, 1995).

Por outro lado, sabemos que muitas vezes as situações de abuso já aconteceram e, como tal, as crianças, assim como os adultos, devem ter conhecimentos de como identificar situações abusivas e de como lidar com elas. Consequentemente, outro objectivo deste Projecto é dotar os destinatários (crianças, pais/educadores – ou outros familiares, e professores – e outros profissionais do contexto escolar) de conhecimentos e estratégias de como intervir nas várias situações de abuso (Cooper, 1995).

Desta forma, este programa de prevenção desenvolve-se, na prática, através de *workshops* com os professores (e outros profissionais do contexto escolar), com os pais (e outros familiares) e com as crianças (no contexto das suas turmas).

Na opinião de Judith Herman (2000) se existissem campanhas de prevenção primária dos abusos de crianças ao nível nacional, poderíamos poupar muito sofrimento às crianças através da diminuição da prevalência dos abusos sexuais; muitos dos abusadores poderiam sentir-se desencorajados para iniciarem práticas abusivas se soubessem que na sua comunidade, bairro ou cidade existem este tipo de programas; por outro lado, algumas crianças podiam deter os avanços abusivos revelando o acontecimento a um adulto de confiança.

A EFICÁCIA DOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO DOS ABUSOS SEXUAIS

A questão sobre se os programas de prevenção são eficazes é uma questão pertinente e que tem sido discutida e respondida de diferentes formas.

Vários estudos foram realizados tendo em vista a análise dos impactos dos programas de prevenção dos abusos de crianças. Contudo os propósitos desses estudos não eram sempre os mesmos, pois os seus objectivos e, consequente os seus métodos, foram diversificados.

Um dos primeiros estudos que nos propomos apresentar neste contexto foi realizado por Hébery, Piche, Fecteau e Poitras, em 1996, e teve como objectivo a aferição da participação dos pais no programa de prevenção ESPACE, que é uma adaptação do programa CAP (anteriormente descrito). Neste estudo os pais de cinco escolas primárias na região de Chaudière-Appalaches (periferia da cidade de Quebec City) foram convidados a responder a um questionário após assistirem à apresentação do programa ESPACE. Esse questionário estava dividido em cinco partes: 1) Informação demográfica; 2) Envolvimento na prevenção do abusos sexual de crianças; 3) Conhecimento das características do abuso de crianças; 4) Atitudes perante as noções de prevenção ensinadas nos programas de prevenção; 5) Crenças relativamente aos riscos e vantagens em relação aos programas de prevenção do abusos sexual de crianças e sobre quem deve participar nestes programas (Hébery, Piche, Fecteau & Poitras, 1996).

Relativamente aos resultados obtidos e numa forma muito resumida, dos 145 pais que aceitaram participar na investigação, 29,2% respondeu e devolveu o questionário. Os pais participantes neste estudo sentiram-se moderadamente confortáveis em discutir o tema dos abusos sexuais com os seus filhos/as e consideravam-se informados acerca dos abusos sexuais de crianças. Por outro lado, os pais sentiram que os programas de prevenção ajudariam a prevenir os abusos sexuais de crianças (Hébery, Piche, Fecteau & Poitras, 1996).

O segundo estudo que pretendemos referir foi realizado em 2000 por Gibson e Leitenberg, sendo que o objectivo desta investigação foi o de aferir se a prevalência dos abusos sexuais de crianças diferem entre estudantes do sexo feminino que estiveram presentes em programas de prevenção durante a infância e estudantes do sexo feminino que não estiveram presentes. Por outro lado, procuravam ainda perceber se as mulheres que participaram e não participaram nesses programas de prevenção durante a infância possuem uma vida sexual activa ou se evitam as relações sexuais. Nesta investigação participaram 971 mulheres estudantes de psicologia e pretendia avaliar-se: 1) A sua participação num programa de prevenção do abuso sexual de crianças; 2) Abuso sexual durante a infância; 3) Satisfação sexual; e 4) Prática frequente de relações sexuais.

Os resultados indicaram que 62% das participantes já tinham entrado num programa de prevenção

dos abusos sexuais nas escolas e que estas eram menos susceptíveis de serem sexualmente abusadas do que aquelas que não tiveram acesso a programas de prevenção. Relativamente à denúncia do abuso, não foram identificadas diferenças significativas entre as mulheres que participaram em programas de prevenção e aquelas que não participaram, contudo verificou-se uma tendência, por parte das participantes em programas de prevenção, de reportarem o abuso mais cedo (Gibson & Leitenberg, 2000).

Este estudo terá, eventualmente, sido o primeiro a revelar que os programas de prevenção de abusos sexuais de crianças implementados nas escolas reduzem o índice de abusos sexuais de crianças.

O último estudo que nos propomos apresentar foi realizado em 2001 por Hébert, Lavoie, Piche e Poitras (alguns destes autores participaram igualmente no primeiro dos estudos aqui apresentados). O objectivo deste estudo foi perceber os efeitos do programa de prevenção dos abusos de crianças, o programa ESPACE, que – tal como já foi referido anteriormente – é uma adaptação do programa CAP. Participaram neste estudo 133 crianças (67 raparigas e 66 rapazes) de duas escolas na área de *Quebec City*. As crianças completaram um questionário de conhecimentos e analisaram um vídeo com o objectivo de se aferir as competências preventivas que estas detinham em relação a situações potencialmente abusivas.

Para além das crianças, participaram igualmente neste estudo os pais. Passadas duas semanas da apresentação do programa os pais foram convidados a completar um questionário com o objectivo de avaliarem os possíveis efeitos secundários do programa. Neste questionário os pais tinham de comentar de que forma (positiva ou negativa) identificavam mudanças no comportamento, nomeadamente, se confiavam no programa ou se o consideravam prejudicial para as crianças, provocando-lhes medos. Os pais eram, igualmente, questionados sobre se abordavam o tema dos abusos sexuais com as suas crianças antes de participarem no programa ESPACE. Participaram 94 pais – 84% de mães e 14% de pais (Hébert, Lavoie, Piche & Poitras, 2001).

Relativamente aos resultados, as crianças que participaram no programa revelaram grandes conhecimentos e competências em comparação com crianças que não participaram. Conhecimentos e competências essas que se mantiveram, após dois meses da participação no programa. Os pais

foram unânimes em reconhecer os benefícios dos programas de prevenção para si e para as suas crianças. É demonstrado neste estudo que as crianças não apresentam qualquer efeito negativo após duas semanas do programa. Como efeitos positivos os pais identificam que as crianças aparentam falar mais da forma como gostam e não gostam que lhes toquem, demonstram deter mais autoconfiança, aparentam igualmente lidar melhor com situações conflituosas e são mais assertivas e autónomas (Hébert, Lavoie, Piche & Poitras, 2001).

CONCLUSÃO

Apesar de nenhum dos estudos apresentados se debruçar especificamente sobre os/as professores/as existem inúmeras razões para que estes/estas não sejam deixados/as de fora nos programas de prevenção de abusos sexuais de crianças e como tal, consideramos que este grupo também deve ser alvo de análise na avaliação do impacto destes programas. Segundo Tower (2002) para além da responsabilidade profissional e moral, os/as professores/as e outros profissionais do sistema escolar têm uma situação privilegiada de protegerem e defenderem as crianças relativamente à maioria dos adultos. Os professores/as são os adultos que mais tempo passam com as crianças e têm, desejavelmente, uma comunicação positiva com as crianças (Lopez, 2000), desempenhando, assim, um papel e uma posição de observadores privilegiados das crianças, podendo ser protagonistas na deteção e/ou prevenção dos abusos sexuais de crianças.

Após a apresentação sumária de alguns estudos realizados sobre os programas de prevenção, parece-nos importante sublinhar que os programas de prevenção dos abusos sexuais de crianças articulados entre as crianças, a família, a escola e a comunidade permitem melhorar os conhecimentos que as crianças, pais, professores, e restante comunidade, têm acerca dos abusos sexuais. Tendo em consideração aspectos como a sua definição, a frequência, as estratégias dos agressores, consequências, entre outros e habilitar as crianças a identificarem condutas perigosas e a agirem face a situações de abusos sexual, desenvolvendo determinadas competências que lhes permitam enfrentar de forma adequada situações perigosas, estamos, efectivamente, a reduzir o índice de crianças abusadas.

Procuramos, assim, demonstrar a importância de serem desenvolvidos mais programas de prevenção primária dos abusos sexuais de crianças no contexto nacional e tendo por base o envolvimento da comunidade, bem como a análise do impacto por este produzido no público-alvo a que estes programas se dirigem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ariès, P. (1988). *A criança e a vida familiar no antigo regime*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Azevedo, M., & Guerra, V. (1993). *Infância e violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento*. São Paulo: Cortez Editora.
- Bagley, C., & King, K. (1992). *Child Sexual Abuse: The search for healing*. London: Routledge.
- Bagley, C., & Ramsay, R. (1986). Sexual abuse in childhood: Psychosocial outcomes and implications for social work practice. *Journal of Social Work and Human Sexuality*, 4, 33-47.
- Bagley, C., & Young, L. (1988). Depression, self-esteem and suicidal behaviour as sequels of sexual abuse in childhood: Research and therapy. In G. Cameron (Ed.), *Child maltreatment: Expanded concepts of helping* (pp. 25-37). New York: Lawrence Erlbaum.
- Baker, A. W., & Duncan, S. P. (1985). Child sexual abuse: a study of prevalence in Great Britain. *Child Abuse and Neglect*, 9, 457-467.
- Banning, A. (1989). Mother-son incest: Confronting a prejudice. *Child Abuse & Neglect*, 13, 563-570.
- Bergen, R. (1998). *Issues in Intimate Violence*. Newbury Park, CA: Sage.
- Briere, J., & Elliot, D. M. (2003). Prevalence and psychological sequels of self-reported childhood physical and sexual abuse in a general population sample of men and women. *Child Abuse & Neglect*, 27, 1205-1222.
- Chassan-Taber, L., & Tabachnick, J. (1999). Evaluation of a child sexual abuse prevention Program. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 11 (4), 279-292.
- Cooper, S. J. (1995). *New strategies for free children: Child abuse prevention for elementary school children*. New Jersey: ICAP.
- Ellenson, G. S. (1989). Horror, rage, and differences in the symptoms of female sexual abuse survivors. *Social Casework*, 70, 589-596.
- Fávero, M. (2003). *Sexualidade Infantil e Abusos Sexuais de Menores*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Finkelhor, D. (1979). *Sexually victimized children*. New York: The Free Press.
- Finkelhor, D. (1984). *Child sexual abuse: New theory and research*. New York: The Free Press.
- Finkelhor, D. (1986). *A Sourcebook on child sexual abuse*. Newbury Park, CA: Sage.

- Finkelhor, D. (1987). The trauma of child sexual abuse: Two models. *Journal of Interpersonal Violence*, 2, 348-366.
- Finkelhor, D., Araji, S., Browne, A., Peters, S., & Wyatt, G. (1986). *A Sourcebook on child sexual abuse*. Newbury Park, CA: Sage.
- Gibson, L., & Leitenberg, H. (2000). Child sexual abuse prevention programs: do they decrease the occurrence of child sexual abuse? *Child Abuse & Neglect*, 9, 1115-1125.
- Goicoechea, P., Nález, A., & Alonso, C. (2001). *Abuso sexual infantil: Manual de formación para profesionales*. Save the Children.
- Hébert, M., Lavoie, F., Piché, C., & Poitras, M. (2001). Proximate effects of a child sexual abuse prevention program in elementary school children. *Child Abuse & Neglect*, 24, 505-522.
- Hébert, M., Piché, C., Fecteau, M-F., & Poitras, M. (1996). Parent's in a Child Sexual Abuse Prevention Program. *Journal of Child Centred Practice*, S/Número, 59-81.
- Herman, J., & Hirschman, L. (1979). Father-daughter incest. *Signs*, 2, 1-22.
- Herman, J. (2000). *Father-daughter incest*. Cambridge: Harvard University Press.
- Holmes, G., Offen, L., & Waller, G. (1997). See no evil, hear no evil, speak no evil: Why do relatively few male victims of childhood sexual abuse receive help for abuse-related issues in adulthood? *Clinical Psychology Review*, 17 (1), 69-88.
- Hopper, J. (2003a). *Sexual abuse of males: Prevalence, possible lasting effects and Resources*. www.jimhopper.com/male-ab/index.html (11/12/2003).
- Kendall-Tackett, K., & Marshall, R. (1998). Sexual victimization of children: Incest and child sexual abuse. In R. K. Bergen (Ed.), *Issues in intimate violence* (pp. 47-63). Newbury Park, CA: Sage Publications.
- Kercher, G. A., & McShane, M. (1984). The prevalence of child sexual abuse victimization in an adult sample of Texas residents. *Child Abuse & Neglect*, 8, 495-501.
- Kunzman, K. A. (1990). *The healing way, Adult recovery from childhood sexual abuse*. USA: Hazelden Foundation.
- Lew, M. (1988). *Victims no longer. Men recovering from incest and other sexual child abuse*. New York: Nevraumont Publishing Co.
- Lopez, F. (2000). *Prevención de los abusos sexuales de menores y educación sexual*. España: Estudios de Sexología.
- Madu, S. N. (2001). The prevalence and patterns of childhood sexual abuse and victim-perpetrator relationship among a sample of university students. *South African Journal of Psychology*, 31 (4), 32-38.
- MacIntyre, D., & Carr, A. (2000). Prevention of child sexual abuse: Implications of programme evaluation research. *Child Abuse Review*, 9, 183-199.
- McMillen, C., Zuravin, S., & Rideout, G. (1995). Perceived Benefit from Child Sexual Abuse. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 7, 232-245.
- Mercy, J. (1999). Having new eyes: Viewing child sexual abuse as a public health problem. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 11 (4), 317-321.
- Ministério da Justiça. *Estatísticas da Justiça*. Consultado em 22 de Novembro de 2005 através de Ministério da Segurança Social da Família e da Criança: Área de investigação e Conhecimento (2004). *Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em 2002*. Lisboa: Autor.
- Nibert, D., Cooper, S., & Ford, J. (1989). Parent's observations of the effect of a sexual-abuse prevention program on preschool children. *Child Welfare*, 18 (59), 539-545.
- Peters, S. D., Wyatt, G. E., & Finkelhor, D. (1986). Prevalence. In D. Finkelhor (Ed.), *Sourcebook on child sexual abuse* (pp. 15-59). Newbury Park, CA: Sage.
- Radbill, S. X. (1987). Children in a world of violence: A history of child abuse. In R. E. Helfen & R. S. Kempe (Eds.), *The Battered Child* (pp. 3-22). Chicago: The University of Chicago Press.
- Russel, D. E. (1983). The incidence and prevalence of intrafamilial and extrafamilial sexual abuse on female children. *Child Abuse & Neglect*, 7, 133-146.
- Salter, A. (2003). *Pedofilia e outras agressões sexuais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Sorrenti-Little, L., Bagley, C., & Robertson, S. (1984). An operational definition of the long term harmfulness of sexual relations with peers and adults by younger children. *Canadian Children: Journal of the Canadian Association for Young Children*, 9, 46-57.
- Tower, C. (2002). *When children are abused: an educator's guide to intervention*. Boston: Allyn and Bacon.
- Tyler, K. A., & Counce, A. M. (2002). Perpetrators of early physical and sexual abuse among homeless and runaway adolescents. *Child Abuse & Neglect*, 26, 1261-1274.
- Watkins, B., & Bentovim, A. (1992). The sexual abuse of male children and adolescent: A review of current research. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 33, 197-248.
- World Health Assembly (1996). *Prevention of violence: public health priority*. Geneva, Switzerland: WHO, resolution n.º WHA 49, 25.
- Wyatt, G. E. (1985). The sexual abuse of Afro-American and White-American women in childhood. *Child Abuse & Neglect*, 9, 507-519.

RESUMO

Procuramos com este artigo evidenciar a importância de se intervir, através de uma abordagem preventiva, nos abusos sexuais de crianças. Para alcançarmos o fim a que nos propusemos com este artigo, contextualizaremos a evolução realizada ao nível desta temática,

bem como ao nível da prevalência e incidência e exporemos um programa de prevenção primária dos abusos sexuais que está a ser desenvolvido no contexto português, o programa CAP. Para sublinhar a importância deste tipo de programas apresentamos, igualmente, alguns estudos realizados sobre o impacto de outros programas de prevenção dos abusos de crianças.

Palavras-chave: Abusos sexuais de crianças, prevenção, comunidade.

ABSTRACT

With this article we intend to sustain the importance

of primary prevention approach on child sexual abuse.

To accomplish our aim we will contextualize the development done about this subject, as well as some information about the prevalence and incidence of child sexual abuse. We also describe a primary prevention program on child sexual abuse – the CAP program –, which is being developed in the Portuguese context. To underline the importance of this kind of programs we present some studies about the impact of other child abuse prevention programs.

Key words: Child sexual abuse, prevention, community.